



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo nº 07/2020
Data de Início: 21/03/2020
Folha: 996

2ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 SMS - INTERNA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de 2020, às 17h15min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se, sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS estando presentes os membros: Jorel Félix da Silva, Luciana dos Santos Silva Duarte, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Marília Nogueira Gil, Glauco da Silva Bezerra, Tharíia Correa Schmildt, Alessandra da Silva Vargas, Miriam Abrantes Salvi de Carvalho, Fátima Maria Cordeiro de Souza, Victor Andrade de Silveira, Vinícius Moro da Mata, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Nilsergio de Brito Marins, Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass, Marcos Assumpção Andrade, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Verônica Pinheiro da Silva Borges, Leonardo Aurélio e Nogueira e Lucas Rosa Sisinnio, para proceder a análise e elaboração do ranking das propostas do Pregão Presencial n.º 07/2020 - SMS, autorizado no presente processo, pela Oliveira Douglass, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Verônica Pinheiro da Silva Borges, Alessandra da Silva Vargas lavra do Ordenador de Despesa, conforme folhas _____. Após análise das propostas, foi elaborado o ranking, conforme anexo, e verificou-se a oferta de valores muito abaixo do estimado. Embora na Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, preveja a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, visando minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir; **o legislador previu a possibilidade de que o licitante, previamente a eventual desclassificação em razão de aparente preço inexequível, possa demonstrar a exequibilidade de sua proposta.** Tal possibilidade encontra-se prevista conforme entendimento já consolidado na Súmula de nº 262 de seguinte teor: “O critério previsto no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.” Sendo assim, visando a agilidade do trabalho administrativo e o princípio da eficiência, esta CPL enviou e-mail na presente data, conforme anexo, solicitando posicionamento das empresas que ofertaram os menores valores, para que se manifestem quanto a capacidade de cumprir, executar e entregar os serviços previstos no Pregão 07/2020. Tal manifestação também poderá ocorrer na sessão de continuação marcada para o dia 24/03/2020 às 14h. Caso não haja comprovação de exequibilidade, as propostas serão desclassificadas. Foi verificado também empresa as EDITORA E PAPEIS NOVA ALIANÇA, TYPVS GRAFICA E EDITORA LTDA – ME, INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA participarão da disputa apenas para os itens 18.2, 75.2, 81.2 e 99.2 uma vez que não apresentaram a documentação para a comprovação de enquadramento como beneficiárias do direito de preferência, conforme item 06.1.3 do Edital: “ Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação”. Diante da situação imposta pelo COVID-19, esta CPL

vem acompanhando as determinações acerca dos procedimentos licitatórios e administrativos, sendo verificado, conforme anexo, a portaria 555/2020 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Federais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de apoio.

Flávia Maria Nogueira Mattos
FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
 Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE MARICÁ
 Início e Término: 2020/19
 Data do Início: 21/03/19
 Folha: 10
 Fis: 997

Maricá, 23 de março de 2020.

MEMBROS DA EQUIPE DE APIO	
ALESSANDRA DA SILVA VARGAS	VERÔNICA PENHA DA SILVA FORGES
JOEL FELIX DA SILVA	NATALÍ RITA QUINTANILHA DE OLIVEIRA DOUGLASS
LUCIANA DOS SANTOS SILVA DUARTE	LUCAS ROSA SISINNO
THAYTA CORRÊA SCHMILDT	JULIANA LOPES DA SILVA CARVALHO
GLAUCO DA SILVA BEZERRA	LEONARDO AURÉLIO C. NOGUEIRA
NILSERGIO DE BRITO MARINS	MARCOS ASSUMPCÃO ANDRADE
VINICIUS MORO DA MATA	LUIZ FERNANDO DA COSTA AZEVEDO
FÁTIMA MARIA CORDEIRO DE SOUZA	LUIZ EDUARDO JACQUES FRANCISCO
MARÍLIA NOGUEIRA GIL	VICTOR ANDRADE DA SILVA EIRA
MIRIAM ABRANTES SALTI DE CARVALHO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 7020/19
Data de Início: 21/03/19
Assinatura: [assinatura] FLS: 998

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/03/2020 | Edição: 57 | Seção: 1 | Página: 33
Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

PORTARIA CONJUNTA Nº 555, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 2 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional